

2/6/2011

Crescimento econômico e clima. Um de...



Buscar

311

Ano IX

19.10.2009

[Início](#) [Versão para folhear](#) [Edições anteriores](#) [Cadastre-se](#) [Entre em contato](#) [Instituto Humanitas Unisinos](#)

Leia nesta edição

Editorial

Tema de capa

Williams Pinto Marques
Ferreira
João Meirelles
Carlos Eduardo Young
Paulo Moutinho
Washington Novaes
Carlos Nobre
Gerald Nelson
Jefferson Simões
Baú da IHU On-Line

Destques da Semana

Felix Wilfred
Louts Caruana
Elisabeth Laville
Augusto de Sá Oliveira
Destques On-Line
Perfil

IHU em Revista

Agenda de Eventos
IHU Repórter

Expediente

Conheça a equipe do IHU

[- Comente](#) [- Envie a um amigo](#) [- Imprimir](#) [- Compartilhar](#)

Tamanho da letra: A- A+

Crescimento econômico e clima. Um desafio

O economista Carlos Eduardo Young está otimista em relação à conferência do clima em Copenhague. O encontro, segundo ele, pode gerar uma nova discussão em relação à inclusão das florestas no combate às mudanças climáticas e ao aquecimento global

Por: Patricia Fachin

"O aquecimento global irá gerar consequências perversas e mal distribuídas", enfatizou o economista Carlos Eduardo Young, em entrevista concedida, por telefone, à IHU On-Line. Segundo o pesquisador, isso não quer dizer que o planeta será atingido por uma escassez global de alimentos, mas sim por crises localizadas devido à má distribuição de recursos, que poderá se agravar no futuro. "Não acredito que o problema do aquecimento global vá gerar uma escassez global de alimentos, até porque haverá perda de áreas agrícolas, mas, nos países onde a produtividade agrícola é maior, é possível que a área de plantação inclusive aumente", argumenta.

Os atingidos, aponta, "serão países mais pobres que têm maior carência de recursos" e os efeitos do aquecimento global serão mais graves "para os países onde são cobradas menos responsabilidades, ou seja, os tropicais". Para ele, as consequências mais graves do aquecimento global serão sentidas no acúmulo de injustiças e problemas sociais.

Na entrevista que segue, Young diz que a inclusão das florestas na Convenção do Clima faz com que haja uma nova discussão a respeito da preservação das matas tropicais, e tem esperanças que as nações possam estabelecer um acordo em Copenhague. Mas adverte: "qualquer acordo internacional em relação ao clima só será internalizado se adotarmos novas percepções de ocupação da floresta. É inviável fazer esse discurso climático e manter, por exemplo, um estímulo ao desmatamento como tem sido feito para beneficiar alguns poucos proprietários de grandes terras". Para ele, alternativas econômicas como a venda de créditos de carbono podem representar uma alternativa ao combate das emissões de gases de efeito estufa. "Quando se estabelecem sistemas de direitos transacionáveis de emissões ou de cobrança por emissão, se estabelece uma forma pela qual se consegue atingir uma meta através de um custo mais baixo, reduzindo a dificuldade política de aceitação dessa meta e tornando esse limite possível", assegura.

Carlos Eduardo Young é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, especialista em Políticas Públicas pelo Ilpes/Cepal e mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pela UFRJ. Doutor em Economia pela University of London, Inglaterra, defendeu a tese *Economic adjustment policies and the environment: a case study of Brazil*. É autor de, entre outros, *Exportando sem crises: a indústria de Madeira tropical brasileira e os mercados internacionais* (Londres: IIED, 2004); *Environmental regulation and competitiveness in Brazilian industry, with special reference to the energy sector* (Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003). Atualmente, leciona na UFRJ, no Instituto de Economia Industrial.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Para começar nossa entrevista, pergunto-lhe: Não se pode mais separar a economia da ecologia? Por quê?

Carlos Eduardo Young - Como a sociedade passou a incorporar de forma mais efetiva a questão ambiental no seu processo de tomada de decisão, o debate ecológico foi incorporado às decisões sociais, incluindo as econômicas. É por isso que não podemos mais separar ecologia da economia, porque as decisões econômicas refletem o ambiente social que contextualiza o processo decisório, no qual as questões ambientais têm papel crescente.

IHU On-Line - Um estudo recente alerta para a escassez de alimentos em 2050 e projeta aumentos de alimentos básicos. Em que medida, na sua opinião, as mudanças climáticas tendem a afetar a economia e aumentar a fome no planeta?

Carlos Eduardo Young - Uma visão que considero equivocada das Ciências Econômicas é o fato de elas estudarem recursos escassos, como se a escassez fosse sempre o problema. Quando se faz uma análise mais fria e examinamos,

Crescimento econômico e clima. Um de...

por exemplo, os conflitos em torno dos acordos de livre comércio, incluindo as negociações de Doha, percebemos que grande parte dos problemas se dá não pela falta, mas sim pelo excesso de produtos. O problema é a má distribuição desse recurso. A própria Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentos (FAO) reconhece que temos os meios econômicos e técnicos para fazer a fome desaparecer, mas o que falta é a vontade política mais forte para erradicar a fome.

Essa questão se reproduz no Brasil. Hoje, produzimos algo em torno de 140 milhões de toneladas de grão por ano. A população brasileira está em torno de 190 milhões por ano. Se pegarmos essa produção anual de grãos e distribuir entre produção brasileira, teremos uma produção de quase dois quilos de grão per capita por dia. Então, não falta alimento, até porque há uma evolução tecnológica permanente na agricultura que possibilita a expansão de produção sem aumento de área cultivada. Por isso, não acredito nessa visão catastrófica de que vai faltar alimento no mundo como um todo, mas sim em partes do planeta onde a pobreza extrema deverá ser agravada pela incapacidade de adaptação às mudanças do clima.

Aquecimento global e a vulnerabilidade localizada

O aquecimento global é profundamente injusto porque irá gerar consequências perversas e mal distribuídas que se concentrarão nos países que menos contribuíram para causar o problema. Isso quer dizer que determinadas partes do mundo serão mais afetadas com escassez de grão, por exemplo. Os atingidos serão os países mais pobres que têm maior carência de recursos, e que também têm condições climáticas mais adversas, como temperatura mais elevada e maior aridez. Hoje, ainda sem considerar os efeitos das mudanças climáticas que virão, mesmo com muitas pessoas passando fome, temos estoques de grãos acumulados. É esse o tipo de problema que deverá se agravar no futuro.

Haverá um problema de instabilidade climática nos países desenvolvidos, mas não é certo que irá diminuir a área agrícola. Estudos brasileiros mostram que é possível um retorno da agricultura para o sul, ou seja, uma perda de agricultura do centro-oeste. Além disso, não há condições de prever a evolução da produtividade agrícola nos próximos 50 anos. O mundo não irá acabar, mas se tornará pior para as populações menos favorecidas - o que não é nenhuma novidade na história da humanidade. Irão aumentar as injustiças e os problemas sociais. Por outro lado, penso que a humanidade nunca esteve tão sensível às crises ambientais e aos problemas sociais que acarretarão.

IHU On-Line - Então o senhor quer dizer que a humanidade continuará se adequando a diferentes modos de vida, independente das mudanças climáticas?

Carlos Eduardo Young - Se observarmos as espécies de distribuição da população humana, percebemos que ela se estende dos esquimós da Groelândia aos berberes do Deserto do Saara, dos povos do altiplano andino aos pigmeus da África Equatorial. Então, o ser humano consegue se adaptar; ele não irá desaparecer. Em relação às mudanças climáticas, algumas pessoas se aproveitam de argumentos científicos para colocar slogans que não são necessariamente prováveis, mas que alimentam a militância ambiental. Além disso, há limites na capacidade de se elaborar cenários. Como economista, sou sempre obrigado a desconfiar de projeções - minha profissão especializou-se na arte de errar o futuro. Por isso, há pouco que podemos afirmar com certeza. Entre essas coisas, o que sabemos é que grupos sociais frágeis serão fortemente atingidos, entre esses, as populações em regiões tropicais áridas, como o Sahel, na África e, provavelmente, o sertão nordestino e boa parte do cerrado brasileiro. Por outro lado, as economias desenvolvidas terão maior capacidade de investir para se adaptar às mudanças climáticas. Além disso, sendo países mais frios, tenderão a sofrer menos com os impactos, apesar de terem sido os maiores responsáveis pela geração do problema.

IHU On-Line - A recente crise econômica terá algum impacto em Copenhague? De alguma maneira, a crise mudou o modo de pensar também as questões ambientais?

Carlos Eduardo Young - Crise econômica é boa para o meio ambiente? A resposta é claramente não. Discordo daqueles que acreditam que crescimento econômico é um entrave para o meio ambiente. O problema não é o crescimento econômico, e sim a forma deste crescimento. Pobreza gera mais problemas ambientais. Não vi nenhuma vantagem ambiental nos 25 anos de estagnação econômica que o Brasil viveu entre 1980 e 2005. Nesse período, a situação ambiental se deteriorou, e os problemas sociais tampouco foram sanados.

Assim, a questão não é a quantidade de crescimento, mas a forma do crescimento econômico. Um crescimento espúrio, baseado em extração de recursos naturais e uso predatório do ambiente também será danoso ao meio ambiente. Precisamos buscar um crescimento econômico que seja favorável às questões ecológicas. Sem crescimento econômico, não há solução para problema ambiental. Os que advogam esta tese carecem de comprovação empírica e teórica.

Crescimento econômico sustentável

Crescimento econômico baseado em cultura, conhecimento e tecnologia pode favorecer muito a questão ambiental e econômica. Por outro lado, empobrecimento encurta o horizonte temporal, ou seja, reduz o horizonte da tomada de decisão. Algumas pessoas, porque têm menos recursos, são obrigadas a tomar decisões que só levam em consideração o horizonte mais próximo. Mesmo sabendo que essas decisões podem trazer consequências negativas a longo prazo, elas são obrigadas a aceitá-las por falta de opção econômica. Um problema típico são as favelas. Os indivíduos sabem que vão morar numa área insalubre, com problemas de natureza social e ambiental, inclusive para as suas crianças. Mas não têm outra opção. Enquanto não se resolver o problema das favelas, não vejo como solucionar problemas urbanos relacionados ao meio ambiente. Se alguém conseguir me provar que o problema das favelas será resolvido sem crescimento econômico, mudo meu argumento.

Crise econômica x benefícios ambientais

Por isso, discordo da ideia de que a crise econômica tenha trazido benefícios ambientais. Grande parte das organizações não governamentais que trabalham com meio ambiente tiveram grandes demissões, porque tiveram perdas financeiras consideráveis, foram obrigadas a desfazer uma série de projetos. Qual é a vantagem ambiental disso? Os países que produzem de forma espúria continuam produzindo, mas a crise econômica trouxe problemas sérios para as economias que estavam investindo em sustentabilidade. A crise econômica retira recursos para investimento, logo, é possível que tenha ocorrido uma forte retração da locação de recursos para projetos de sustentabilidade. E o que defendo é um modelo de crescimento que considere o próprio gasto ambiental como um elemento dinamizador da economia. Exemplo: a despoluição da Baía de Guanabara demanda obras de construção civil, atividades econômicas e, portanto, gera crescimento econômico. Isso é diferente de fazer uma obra no mesmo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC que aumente o desmatamento da Amazônia através do asfaltamento, por exemplo, entre Manaus e Porto Velho.

Por outro lado, a crise mudou a forma de pensar dos tomadores de decisão econômica, o que é excelente. A crise trouxe uma mudança na condução da política econômica com o questionamento do modelo liberal e um retorno da valorização do papel do Estado como organizador do processo econômico. Quando se chamou novamente o Estado para liderar o processo econômico nos países desenvolvidos, ele trouxe o condicionante de não apoiar qualquer tipo de investimento e crescimento, e sim um crescimento baseado em projetos e programas que incorporem princípios de sustentabilidade. A retomada da liderança do Estado traz a possibilidade de induzir os investimentos limpos para reaquecer a economia.

Mas essa combinação virtuosa de políticas de crescimento com princípios de sustentabilidade não acontece naturalmente, ela precisa ser fomentada por uma visão coerente que privilegie o longo prazo. Senão, voltamos ao crescimento espúrio. Por exemplo, no Brasil, onde também se teve a necessidade do Estado intervir, ao invés de adotar critérios de sustentabilidade na seleção de áreas a serem fomentadas, se fez o contrário. O governo optou por reativar a indústria com medidas como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI do automóvel, o que simplesmente aumentou a frota, mesmo sabendo que grande parte desses automóveis irá rodar em São Paulo, onde a própria política pública impede veículos de rodar pelo excesso de carros, e outras regiões metropolitanas com enormes problemas de tráfego. Então, ao invés de introduzir um condicionante ambiental para solucionar questões de longo prazo, a intervenção do Estado Brasileiro seguiu o modelo convencional de pensar apenas no imediato curto prazo - e certamente na próxima eleição.

IHU On-Line - Qual é sua percepção sobre o mercado global de créditos de carbono e também a criação de impostos diretos sobre as emissões? Essas medidas de fato trarão resultados sustentáveis ou elas poderão desencadear especulações ou crises econômicas?

Carlos Eduardo Young - As pessoas associam equivocadamente a criação de instrumentos econômicos para gestão ambiental com existência ou não de um limite para essas emissões. Não são os instrumentos econômicos, como a criação do mercado de carbono, que criaram o direito de um país emitir gases de efeito estufa. Esse direito sempre existiu, e vai existir até que haja uma restrição. É exatamente a enorme dificuldade dos países aceitarem internamente metas de redução dessas emissões que torna o problema tão difícil.

Então, a existência ou não de restrições de emissões é prévia a qualquer sistema de pagamento por emissão. Quando se estabelecem sistemas de direitos transacionáveis de emissões ou de cobrança por emissão, se estabelece uma forma pela qual se consegue atingir uma meta através de um custo mais baixo, reduzindo a dificuldade política de aceitação dessa meta e tornando esse limite possível. Ninguém falaria hoje em metas internas de redução dentro dos países de emissão de gases de efeito estufa se não tivessem sido criados instrumentos econômicos, porque tornaria a conta mais cara. Quanto mais barata for esta conta, maior é a chance das nações aceitarem o controle efetivo das emissões. Nesse sentido, elas são um avanço, mas, claramente insuficiente, porque o processo de tomada de decisão reflète a real preocupação da sociedade, que ainda está longe de colocar as questões ambientais no topo de suas prioridades.

IHU On-Line - Um dos temas previstos para discussão em Copenhague é a preservação das florestas. Os países discutem a possibilidade de garantir a preservação da Amazônia através de créditos de carbono válidos nos mercados de carbono mundiais. Essas medidas podem trazer resultados satisfatórios para o Brasil?

Carlos Eduardo Young - O mercado de créditos de carbono é um instrumento auxiliar no processo de mudança de tomada de decisões. Por isso, embora seja um avanço, será insuficiente se não for revertido o processo de ocupação da Amazônia e do Cerrado.

Há uma série de estudos que demonstram que o ganho social dessas áreas conservadas através dos serviços ecossistêmicos que elas proveem é superior ao ganho social que se tem quando converge para o uso alternativo. Então, o valor social de uma floresta em pé é maior que o valor social de um pasto. Para isso, é preciso uma equação financeira que seja mais favorável à conservação, porque hoje vivemos o problema de que do ponto de vista financeiro é muito mais favorável para o fazendeiro queimar florestas e colocar um boi a cada hectare. A Amazônia tem uma média de ocupação de pasto que é da ordem de 0,7 animais por hectare.

A ideia do mecanismo compensatório é de que se um país produz um serviço ambiental, como a conservação do carbono florestal, ele deveria receber um valor por esse serviço, ou seja, um contrato que envolva a conservação desta área como uma forma de compensar financeiramente e tornar a equação menos desfavorável para a conservação. Agora, isso será inócuo se os demais elementos que são precisos para a conservação não forem adotados, como, por exemplo, os inúmeros incentivos para a expansão da pecuária e cultivo extensivos.

É preciso consistência de políticas públicas como interromper créditos subsidiários para agricultores que não respeitam as normas ambientais. Não faz sentido nenhum imaginar um sistema de crédito de carbono para compensar algum tipo de ação dos fazendeiros se ao mesmo tempo há um estímulo a mantê-los predatórios. Então, os créditos de carbono podem ser uma solução se um ambiente institucional e econômico for montado e que favoreça uma estratégia de longo prazo.

Outro ponto importante é valorizar os ecossistemas pelos outros serviços ambientais que geram, além do carbono. O Brasil é, de longe, a maior potência mundial em termos de biodiversidade, mas ainda permitimos a destruição dessa riqueza natural em troca de praticamente nada. Isso vale também para as áreas com baixa densidade arbórea, como os campos sulinos. No Rio Grande do Sul, há hoje um problema ao reverso da Amazônia: plantações de árvores exóticas, como eucalipto, em áreas naturais de campo gerando um problema sério para a biodiversidade local. Répteis que precisam do calor da luz para se aquecer estão sendo deslocados dessas áreas porque elas são sombreadas pelas plantas exóticas.

Então, um elemento fundamental é a mudança da forma pela qual vamos ocupar o nosso espaço e as áreas cobertas por vegetação nativa, sejam essas áreas de alta densidade arbórea, como é o caso da Mata Atlântica e da Amazônia, sejam áreas de menor densidade arbórea como o Cerrado, a caatinga e os campos sulinos.

IHU On-Line - Como se dará, para o senhor, a correlação floresta-clima na agenda de mudanças climáticas? O tema ganhará relevância em Copenhague?

Carlos Eduardo Young - Florestas são sistemas complexos que envolvem uma série de atributos que afetam consideravelmente a nossa sociedade. Um deles é o carbono.

Há mais de 10 anos, um grupo de pessoas está reclamando sistematicamente de que a posição adotada na Convenção do Clima até agora, com o apoio explícito dos negociadores brasileiros, de não incluir a conservação de florestas nativas nos mercados de crédito de carbono, é impossibilitar avanços concretos para reduzir o aquecimento global. Mas agora ficou evidente que a magnitude do problema é tão grande que fica impossível discutir qualquer acordo climático sem considerar os 20% anuais de emissões globais que são oriundos de degradação florestal, de queimadas e desmatamentos.

A posição brasileira sempre foi de excluir as florestas dos acordos climáticos, até que, recentemente, pressões externas e internas, inclusive dos governadores da Amazônia e mesmo do Ministério da Fazenda, acabaram obrigando uma mudança na postura do Governo Federal. Mas para isso têm que vencer a resistência do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Itamaraty, que não conseguem enxergar a conservação da floresta como estímulo ao desenvolvimento. Felizmente a maré está começando a mudar. Lamento o tempo que se demorou para que esse tipo de decisão fosse tomada. Quantos milhões de hectares de desmatamentos poderiam ter sido evitados se ainda na década de 90, quando foi implementado o Protocolo de Kyoto, tivéssemos atentado para esse problema. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente acabou sendo excluído no processo de tomada de decisão da mudança climática.

Debate das florestas em Copenhague

A inclusão das florestas na Convenção do Clima faz com que haja uma nova discussão. Então, é bem possível que haja algum acordo internacional. Mas repito: qualquer acordo internacional em relação a clima só será internalizado se adotarmos novas percepções de ocupação da floresta. É inviável esse discurso climático e manter, por exemplo, um estímulo ao desmatamento como tem sido feito para beneficiar alguns poucos proprietários de grandes terras como se pretende com a alteração do Código Florestal.

Se esse desmatamento estivesse ocorrendo para resolver os problemas sociais do país, tudo bem. Mas quando observamos as consequências a médio e longo prazo, percebemos o contrário. Cria-se um enorme dano e não se transforma nada. O Brasil tem mais de 500 anos de ocupação portuguesa que se iniciou em larga escala com a queima de florestas da Mata Atlântica para cultivo de cana-de-açúcar em regiões que hoje são consideradas as mais atrasadas do país como a zona da mata atlântica litorânea do nordeste: Pernambuco e Alagoas. O índice de desenvolvimento do interior de Alagoas está entre os piores do Brasil. Qual foi o benefício deste desmatamento? Por que será diferente na Amazônia?

Leia mais...

Young já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**. O material está disponível na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

• *Um olhar econômico sobre as mudanças climáticas*. Entrevista publicada na edição número 171, de 13-03-2006, intitulada *A vingança de Gaia. Mudanças climáticas e a vulnerabilidade do planeta*.

Comentários

Deixe seu comentário

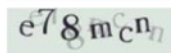
Digite seu comentário (obrigatório):

2/6/2011

Crescimento econômico e clima. Um de...

Nome (obrigatório):	Email (não será publicado):	Website (opcional):
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Digite o código de verificação:



Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo - RS
CEP 93.022-000
Linha Direta Unisinos: +55 (51) 3591 1122

